

***Apuntes para análises de indústrias líticas.*** PROUS, André. Ortegalia, n.2. Fundación Federico Maciñera. Ortigueira, Espanha, 2004.

*Resenhado por Lucas de Melo Reis Bueno,  
Bolsista do CNPq  
Museu de História Natural da UFMG*

O livro é dividido em cinco partes mais a introdução. Nesta, apresenta-se um conjunto de fatores que influenciam a variabilidade tecnológica das indústrias líticas e que envolvem: necessidades; técnicas corporais; técnicas de apropriação; tipos de ação, categoria de atividade e matéria prima; disponibilidade de outros recursos; modo de vida; abundância de matérias primas líticas; tipo de matéria prima; tradição cultural.

A Parte 1 é composta por três capítulos, os quais versam, respectivamente, sobre histórico das análises dos objetos líticos, obtenção da matéria prima e a utilização de materiais brutos. A Parte 2 apresenta os métodos e técnicas de lascamento e corresponde à parte mais extensa do livro. A Parte 3 consiste em dois capítulos, um sobre os artefatos polidos e picoteados e outro sobre leitura dos desenhos dos vestígios líticos arqueológicos. A parte 4 confere atenção aos diferentes tipos e processos de encabamento e apresenta noções básicas sobre estudos funcionais, especificamente sobre traceologia. Por fim, a parte 5 traz alguns exemplos etnográficos sobre o uso do material lítico e apresenta uma proposta de análise para objetos, coleções e atributos isolados.

Este livro se propõe a tratar do estudo dos objetos líticos a partir de uma perspectiva tecnológica e funcional, tendo, segundo Prous, sempre em conta os aspectos simbólicos. Seu objetivo é fornecer os subsídios para que se façam leituras individuais e análises dos conjuntos industriais a partir de um enfoque tecnológico. Segundo Prous a análise

espacial dos vestígios é um tema muito complexo e está além dos objetivos desta publicação.

Apesar deste livro de Prous não ser escrito em português e ser direcionado preferencialmente para um público europeu, o fato de o autor ser um profundo conhecedor da arqueologia brasileira e fornecer ao longo do livro uma série de exemplos do contexto arqueológico brasileiro, garantindo, por exemplo, ao quartzo e seu lascamento bipolar, um papel de destaque, faz com que esse livro se constitua numa referência fundamental para os estudos sobre tecnologia lítica a serem desenvolvidos no Brasil.

O livro é bastante completo no que diz respeito aos tipos de técnica e artefatos produzidos sobre matéria prima lítica. Apresenta uma grande variedade de artefatos brutos, lascados, polidos e picoteados, procurando associar sempre técnica e matéria prima na caracterização do processo de apropriação, transformação e uso de cada tipo de artefato. Além disso, confere atenção também aos demais vestígios envolvidos nesse processo enfatizando que para conhecer e compreender as indústrias é necessário estudar artefatos, vestígios e contexto.

Entre os pontos de maior destaque do livro estão a precisão e o detalhe das descrições a respeito dos gestos envolvidos na aplicação de cada técnica e dos vestígios produzidos pela sua aplicação em diferentes etapas da produção dos artefatos e as inúmeras referências a exemplos de técnicas e artefatos em diferentes locais do mundo e em diferentes períodos. Esses aspectos revelam, por sua vez, uma grande erudição e um profundo conhecimento sobre o tema, além de evidenciarem o papel de destaque que recebe a experimentação no enfoque metodológico proposto.

Há vários aspectos que contribuem para um detalhamento do processo geral de apropriação de matérias primas

líticas, possibilitando uma caracterização mais apurada das indústrias na medida em que amplia a variabilidade de usos e técnicas utilizados nessa apropriação – esse é um dos grandes méritos do livro e também por isso viabiliza sua utilização por pesquisadores que trabalham em diferentes contextos.

Além de observações pontuais e específicas relacionadas a cada uma das técnicas de aproveitamento da matéria prima lítica apresentadas no texto, há outras contribuições bastante importantes, dentre as quais destacamos a ênfase conferida à necessidade de definir primeiro o problema de pesquisa para só então escolher a metodologia de análise. Esse ponto é bastante importante, pois deixa claro que não existe uma metodologia de análise universal, mas sim diferentes maneiras de se obter informações específicas sobre problemas determinados através do estudo do material lítico.

Outro ponto forte do livro envolve o fato de o autor procurar sempre relativizar o significado dos indicadores apresentados, reforçando a relação estreita existente entre técnica, ação/lascador e matéria prima. Essa constatação faz com que em várias partes do livro o autor reforce o papel do contexto na construção das tipologias, uma vez que por mais minuciosa que seja a análise tecnológica realizada, muitas vezes há vestígios cujos atributos que os compõem apresentam um alto grau de similaridade. Ou seja, apesar da ênfase na análise por atributos e na tentativa de descrever a composição e as principais características de cada vestígio a diferença entre eles pode ser, em muitos casos, contextual e não tecnológica.

Por isso é necessário pensar todo objeto como parte integrante de um conjunto lítico mais amplo que, por sua vez, é parte de um complexo industrial (que envolve outros materiais) e participa de um conjunto cultural que lhe dá um sentido específico.

Nessa perspectiva o significado é específico e contextual e, portanto, é preciso estudar um contexto mais amplo que exclusivamente aquele da tecnologia segundo dois eixos: diacrônico (tradições e rupturas tecnológicas e estilísticas) e sincrônico (reconstrução da economia e da sociedade que produziu a indústria no sítio e, em certa medida, fora dele).

Conforme já mencionamos, a proposta de análise para coleções líticas apresentada por Prous envolve a análise tecnológica de todos os vestígios, a classificação tipológica dos artefatos baseada em aspectos tecnológicos e morfológicos, a incorporação das informações sobre contexto e quando possível, a realização de remontagens.

Enfim, podemos dizer que este trabalho apresenta uma proposta de estudo tecno-tipológico clássico, baseado essencialmente na experimentação – o que denota claramente a influência da escola francesa, com uma ênfase na relação entre gesto e matéria prima. Essa ênfase está associada a uma postura teórica para a qual a técnica é entendida como um indicador cultural, o que, por sua vez, decorre do fato da técnica ser composta por conhecimentos e gestos. A proximidade com as ciências da terra, faz também com que haja uma valorização do papel das matérias primas nessa relação, o que, por sua vez, abre a possibilidade para a explicação da existência de convergências.

No que diz respeito ao significado das indústrias líticas, há vários pontos nos quais Prous reforça a importância do contexto para definição de estilo ou significado. Os dois tópicos que apresentam essa discussão, um na introdução e outro na parte cinco, terminam mais com questionamentos do que propostas. Segundo Prous uma tradição tecnológica não corresponde a uma tradição linguística ou religiosa e as culturas arqueológicas não são equivalentes às culturas históricas, o que ilustra a partir do seguinte exemplo:

“os autores da tecnologia Levallois podiam falar línguas diversas, ter costumes e crenças também diferentes; não reconhecemos, através de seus artefatos, mais do que uma comunidade tecnológica relativa ao trabalho da pedra”.

Ou seja, não há um significado social, cultural ou político a priori para o conceito de tradição tecnológica – ele, por si só não explica nada. Nessa perspectiva, tal conceito estaria diretamente relacionado a uma questão descritiva, uma constatação empírica a respeito do compartilhamento de certos traços culturais. Esses traços culturais podem envolver técnicas, um artefato ou um conjunto deles, caracterizados e comparados de um ponto de vista tecnológico e/ou morfológico.

Ainda no que se refere às tipologias Prous expõe algumas das principais tendências ao longo do século XX, aponta suas limitações e acaba com um questionamento. Neste tópico, como em outras partes do livro, Prous baseia as explicações em experiências e referências a estudos de caso realizados em diversas partes do mundo. Como estas experiências são muito diversas não é possível gerar, apenas a partir de sua exposição, uma explicação ou interpretação a respeito do seu significado; essas experiências precisam ser ordenadas, organizadas segundo uma perspectiva teórica definida para que não se corra o risco de restringir a pesquisa ao método.

Esse questionamento constante a respeito do significado dos conjuntos, associado a adoção de um método específico pautado nos estudos tecno-tipológicos clássicos de orientação francesa, pode ser visto também como resultado de uma dicotomia que há entre as “indústrias líticas européias” (estamos falando aqui essencialmente do Paleolítico Superior) e as “indústrias líticas brasileiras” (pensando especificamente nas indústrias do Brasil Central durante o Holoceno), relacionada a um aspecto que o próprio autor enfatiza: a relação entre contexto, problema e método.

Essa dicotomia pode ser representada por algumas questões que se colocam de maneira bastante importante na Arqueologia Brasileira hoje, principalmente quando estudamos as indústrias líticas do Brasil Central: como em indústrias líticas sem (ou com pouquíssimos) artefatos retocados, criar uma alternativa ao enfoque tipológico? Como caracterizar essas indústrias levando em consideração seus aspectos locais e regionais criando, ao mesmo tempo, parâmetros para comparações macro-regionais? Qual o significado desses conjuntos? Qual sua relação com grupos culturais? Como acessar a variabilidade das indústrias líticas no contexto brasileiro, uma vez que o arcabouço construído pelo PRONAPA se complexifica e as categorias classificatórias-explicativas deixam de fazer sentido?

Para algumas indústrias líticas clássicas da Europa parece ser possível definir fósseis-guia em termos formais que assumam o papel de caracterizadores culturais relacionados a determinado tempo e lugar. Isso não quer dizer que possamos e devemos proceder sempre assim, em qualquer lugar e para qualquer época. Este parece, justamente, ser o caso do Brasil Central que, neste sentido requer a aplicação de uma outra abordagem teórico-metodológica para que se proceda à formação dos conjuntos e se investigue seus significados. Essa proposta reforça e, em certo sentido baseia-se, em um dos pontos enfatizados pelo autor ao longo do livro, o de que estilo é uma questão contextual e de que a tecnologia está diretamente relacionada a aspectos sócio-econômicos e culturais.

Neste sentido, o livro de Prous aponta para a necessidade de uma discussão aprofundada da relação entre contexto, teoria e método para o estudo das indústrias líticas no Brasil, certamente beneficiado e fundamentado no excelente arcabouço empírico construído pelas minuciosas e detalhadas descrições dos processos de apropriação das matérias primas líticas construído pelo próprio autor.

***Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea.*** São Paulo: Annablume; Fapesp. 245p. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. ORSER JR, Charles E.; SCIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (Orgs.) 2005.

*Resenhado por Verlan Valle Gaspar Neto,  
Bolsista da CAPES  
Mestrando em Antropologia na Universidade  
Federal Fluminense - PPGA/UFF*

Se jamais fomos modernos, como procura atestar a Antropologia simétrica de Bruno Latour, este exemplar de *Identidades, Discurso e Poder* que tenho em minhas mãos pode ser considerado a materialização de uma série de discussões que corroboram o enunciado inicial desta resenha. Não que a Arqueologia seja um caso a parte dentro da constelação de disciplinas que tiveram sua institucionalização na grande virada do século XIX para o século XX. Efetivamente, o projeto de modernidade da sociedade ocidental previa um papel central e decisivo para o saber científico sobre o destino do mundo, numa clara pretensão de subordinação da apreensão da realidade à investigação puramente objetiva. Para tanto, e é aí que reside o elemento mais interessante desta história toda, seriam necessários alguns acordos de ruptura entre determinados campos, como a natureza, a cultura, a ciência e a política. No tocante a este último dado substancial, não há de se refutar que todas as ciências, sejam elas naturais ou humanas, pouco importa, tenham participado em alguma escala deste ambicioso empreendimento. A questão que nos compete rever hoje, em pleno alvorecer do século XXI, é se este projeto de fato conseguiu ser implantado.

A resposta é não, mas para alguns mais desavisados, a velha crença numa suposta neutralidade científica ainda persiste em obnubilar-lhes a visão, como se ciência e política fossem, de fato,

moedas diferentes. Felizmente, e é isto o que me agrada na obra que acabo de ler, um novo colírio vem revigorar o olhar deste tão importante campo da ciência que é a Arqueologia. Sem dúvidas, a coletânea de ensaios que o constitui demonstra claramente que, no mínimo, ciência e política podem ser encaradas como faces de uma mesma moeda. Ou, se preferirmos, numa alusão ao trabalho de Latour, assumir que estamos lidando com quase-sujeitos e quase-objetos. Aliás, como sempre estivemos, embora pretensamente ignorando-os.

Não obstante as discussões que toda essa problemática envolve, caberia a esta resenha realizar uma apresentação sucinta do escopo de textos reunidos no livro. Algo que, convenhamos, tende sempre a incorrer numa possível redução da riqueza encontrada na obra como um todo. Sejamos pois, condescendentes com as limitações impostas ao resenhista, afinal, são ossos do ofício.

Basicamente, a obra está subdividida em três grandes eixos temáticos compreendidos em partes de mesmo número: *Identidades e Conflitos, Arqueologia Pública e Arqueologia, Discurso e Poder*, com o menor volume de artigos dedicado ao segundo - apenas dois. Ao longo dos 14 textos que compõem este *Identidades, Discurso e Poder*, com autores oriundos das cenas nacional e internacional, são debatidos diversos temas que têm em comum uma preocupação maior com os aspectos teóricos da disciplina arqueológica, além das implicações políticas decorrentes de sua prática. Sua apresentação nesta resenha tentará acompanhar a ordem na qual eles estão dispostos no livro, de modo a respeitar sua coerência interna.

O artigo que abre a série de debates sobre identidades e conflitos, intitulado *A Mulher Aborígine nas Antilhas no Início do Século XVI*, de autoria de Lourdes S. Dominguez (Academia de Ciências de Cuba e Universidad De Puerto Rico)

procura chamar a atenção para o tratamento dado às mulheres pela historiografia oficial da região pesquisada. Elas são geralmente reconhecidas num segundo plano dentro do processo de construção histórica das Antilhas e o propósito do artigo é justamente reverter essa visão, demonstrando a importância das mulheres, sobretudo indígenas, em grupos culturais locais e sua contribuição mesmo no processo de miscigenação.

Professora da Universidade de Manchester, Inglaterra, Sian Jones dá sua contribuição a este livro por meio de uma reflexão teórica a respeito das possibilidades de inferência étnica para grupos pretéritos através da cultura material em Arqueologia Histórica. Basicamente, ela põe em questionamento idéias como as de que os documentos históricos seriam fontes fidedignas e diretas da identidade étnica, ou de que haveria uma relação fixa entre “marcadores étnicos” e identidades particulares, concebendo os grupos étnicos como homogêneos e isolados. A saída para um aproveitamento mais satisfatório tanto dos vestígios materiais quanto dos documentos históricos para a elucidação de possíveis passados étnicos repousaria numa abordagem teórica da etnicidade pela Arqueologia, com base no conceito de *habitus* desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Deste modo, tanto historiadores quanto arqueólogos teriam a ganhar na medida em que seus esforços se voltassem para a contextualização de suas respectivas fontes e para as diferenças qualitativas que há entre elas. No caso específico da Arqueologia, seu papel fundamental residiria no reconhecimento de que a cultura material tem muito a revelar da práxis de um grupo.

Numa espécie de continuidade com o texto de Jones, *O Espaço da Resistência Escrava em Cuba*, redigido por Gabino La Rosa Corzo (Universidad de La Habana, Cuba) intenta demonstrar como a cultura material encontrada nos sítios

onde outrora se fixaram os fugitivos do sistema escravista expressa uma luta de resistência a este regime. Mesmo com uma farta documentação sobre o período da escravidão, na ilha de Fidel não é possível ainda encontrar um quadro satisfatório sobre o cotidiano dos escravos e suas estratégias de resistência. Deste modo, vem cabendo à Arqueologia Histórica elucidar as lacunas deixadas pela História oficial.

Em *O Desafio da Raça para a Arqueologia Histórica*, de Charles E. Orser Junior (Illinois State University), encontramos uma interessante discussão sobre o papel da Arqueologia Histórica nos estudos sobre raça e racismo. Segundo ele, os arqueólogos deveriam procurar compreender de que formas variáveis como a inserção no mercado, por exemplo, influenciaram a constituição de discursos racistas nos EUA, ao mesmo tempo em que a disciplina poderia se inserir de modo mais contundente, nos debates envolvendo tais questões. Já Solange Nunes de Oliveira Schiavetto (Núcleo de Estudos Estratégicos – Unicamp), com seu *A Questão Étnica no Discurso Arqueológico*, procura apontar alguns caminhos para a construção de uma Arqueologia Indígena. Trata-se de uma alternativa para que a Arqueologia feita no Brasil possa lidar de melhor modo com problemas envolvendo identidades étnicas de um lado (particularidades) e a identidade nacional do outro. Para tanto, ela estabelece quatro premissas para a construção dessa Arqueologia indígena: ela tem de ser relevante para as pessoas que atualmente vivem nas regiões estudadas; a cultura material não pode ser concebida como encerrando uma identidade inequívoca; deve-se levar em conta os contatos pré e pós-colonização ao mesmo tempo em que se reconhece que traços de continuidade ou descontinuidade não se fazem embutir necessariamente na cultura material e os arqueólogos devem estar preocupados com questões mais amplas, voltan-

do-se para a história do conhecimento e das ideologias de sua disciplina.

Encerrando a primeira parte do livro, Glaydison José da Silva (Núcleo de Estudos Estratégicos – Unicamp) demonstra que países europeus como a França, a Itália e a Alemanha tiveram suas identidades literalmente forjadas pelo uso indiscriminado que os Estados fizeram da Arqueologia e da História. O que ressalta neste artigo é a constatação de como a prática arqueológica jamais esteve dissociada da esfera política nos países nos quais ela se desenvolveu. Tema este que será retomado por outros autores na terceira parte deste mesmo livro.

A segunda parte de *Identidades, Discurso e Poder* tem como foco central o papel da Arqueologia na esfera pública. Pedro Paulo Funari (Unicamp), Nanci Vieira Oliveira (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e Elizabete Tamanini (Ielusc, Santa Catarina) apresentam num artigo confeccionado em conjunto três experiências distintas em programas que visavam uma aproximação entre público leigo e especialistas em Arqueologia no Brasil. Segundo os autores, iniciativas como estas estariam atreladas ao modo pelo qual os arqueólogos vêm recentemente concebendo a disciplina, reconhecendo-lhe a dimensão política e o potencial interveniente dela na sociedade. Na mesma esteira, Jorge Eremites de Souza (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), em *Por uma Arqueologia Socialmente Engajada: Arqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania*, defende uma Arqueologia pública que sirva de ferramenta através do qual possa ser obtido o acesso à cidadania. Esta cidadania, por sua vez, deve ser entendida como aquela que o sujeito de direito exerce de forma autônoma e conquistada, e não como uma suposta dádiva concedida pelo Estado. Daí sua reflexão se voltar também para o futuro das Universidades públicas e para as questões susci-

tadas pela expansão da Arqueologia de contrato no país.

*Arqueologia, Discurso e Poder*, terceira e última parte do compêndio, reúne uma gama de escritos que, de um modo geral, embora cada qual a seu modo, refletem sobre a contínua interlocução entre o discurso arqueológico e a prática do poder. É isto que verificamos quando percorremos as páginas do texto de Lúcio Menezes Ferreira (Núcleo de Estudos Estratégicos – Unicamp), *Solo Civilizado, Chão Antropofágico*, em que os primórdios da disciplina no Brasil são destrinchados de forma bastante interessante. Neste capítulo o autor procura demonstrar como os conceitos de antropofagia e aliança utilizados por pesquisadores que se detiveram sobre os sambaquis do Norte e do Sul do Brasil, na década de 1870, serviram de base para o Império tecer iniciativas de inserção de mão-de-obra indígena no seu quadro econômico frente à inevitabilidade da abolição da escravatura. Ao mesmo tempo, discursos sobre a identidade nacional eram construídos, alocando tais populações em patamares ora altos ora baixos, numa escala hierárquica dos povos, de acordo com interesses ideológicos. A Arqueologia servira de ferramenta de primeiro porte para o desenvolvimento deste quadro e não é por menos que a breve história do Museu do Índio traçada por Tamima Orra Mourad (University College, London) nos deixa bem a par da íntima relação guardada entre a trajetória particular daquela instituição e os acontecimentos políticos do país. Mais uma vez ciência e política não estão dissociadas e desde a campanha de introdução da rede telegráfica no Mato Grosso ao fim do século XIX até os dias atuais, as possibilidades de funcionamento do Museu estiveram, de algum modo, subordinadas às perspectivas ofertadas pelos quadros de interesses políticos de nossa história.

Fábio Adriano Hering (doutorando em História pela Unicamp) traça um pequeno, mas não menos interessante, retrato de como a concepção de que a Grécia antiga seria a ancestral da civilização ocidental superior está relacionada ao nacionalismo enquanto ideologia política. Segundo ele, a História serviu de instrumento para o estabelecimento de uma ideologia nacionalista, sobretudo, nos Estados europeus, com fortes apelos étnicos, derivando daí a base para a construção do conceito de nação que, por sua vez, não passa também de uma categoria criada num momento e num local específicos, com vistas a atender interesses bem delimitados.

Com os dados e exemplos arrolados ao longo do artigo de Laurent Olivier (Universidade de Paris), *A Arqueologia do 3º Reich e a França: Notas ao Estudo da "Banalidade" do Mal em Arqueologia*, vê-se que os contatos estabelecidos entre a Arqueologia Nacional Socialista Alemã e as pesquisas desenvolvidas na França já vinham se realizando bem antes da ocupação alemã neste último país, ou seja, contribuições mútuas não seriam devidas a uma pressão exercida por ocasião da II Guerra Mundial. Em linhas gerais, as propostas expansionistas do III Reich encontrariam ressonância e legitimidade na pré-história recente da Alemanha, bem como em escavações nas regiões adjacentes que foram invadidas, como, por exemplo, na Alsácia. Figurou-se, assim, uma espécie de mapeamento arqueológico e cultural do pretérito europeu a partir de uma concepção "germanocentrista". Algo que, como bem demonstra o autor, deve servir de lembrete para que as novas gerações de arqueólogos estejam atentas às perigosas ligações que podem ser estabelecidas entre aparentes pesquisas "puramente" científicas e ideologias nem sempre as mais nobres.

Alternativas teóricas e reflexões críticas podem ser um bom começo para que a Arqueologia possa angariar novas

conquistas dentro do meio científico. Ao mesmo tempo, estas mesmas reflexões devem ter por referência direta o contexto social, político e econômico no qual se inserem os contextos dos quais ela se utiliza para realizar suas inferências. Este parece ser o recado deixado por Thomas C. Patterson (Universidade da Califórnia), para quem o Evolucionismo cultural presente na Arqueologia inglesa desde a década de 1950 é uma herdeira direta da teoria econômica que marcou o final do século XVIII, sobretudo, a obra de Adam Smith – liberal em sua essência. Para este autor, a recorrência a outros quadros teóricos deve ser implementada, a fim de que haja uma oxigenação do pensamento arqueológico. Deste modo, seu artigo explora as possibilidades de utilização de alguns pressupostos marxistas para a compreensão de problemas que, presentes no passado, constituem-se fontes de muita dor de cabeça hoje, como é o caso da exploração de uma classe pela outra. Problema este que sem dúvidas, merece ser revisitado pela ciência do passado por excelência.

E como estamos falando de alternativas teóricas, parece-me que o texto, *Das Condições de Possibilidade da Teoria em Arqueologia: do Implícito e do Explícito na Arqueologia Brasileira*, redigido por José Alberione dos Reis, encerra com chave de ouro esta que é uma ótima iniciativa dos organizadores. Em resumo, Alberione parte do pressuposto de que o pomo da discórdia na Arqueologia tupiniquim é a teoria. Para alguns autores, ela estaria quase que completamente ausente dos trabalhos publicados. Para outros, o problema residiria na tímida aparição dela em meio a tantas descrições técnicas, sem quase tomar vulto. Em ambas as queixas, esta seria uma deficiência cruel, o que deixaria a arqueologia feita em solo nacional muito aquém da qualidade que esta ciência adquire em outros países, como Europa e Estados Unidos. E onde residiria a ver-

dade dos fatos? Para Reis, a Arqueologia brasileira possui teoria sim, o problema é que ela estaria implícita nos trabalhos, o que, segundo ele, ocorre em função de os arqueólogos não saberem coadunar de forma satisfatória conhecimentos teóricos com o trabalho empírico. Exagerada ou não, esta proposição não está muito longe de ser a primeira a reconhecer que muitos dos conceitos utilizados pelos arqueólogos no Brasil se configuram sobre uma espécie de vazio. Em suma, muita descrição com pouca reflexão.

Não cabe a mim, neste trabalho, discorrer acerca deste que me parece ser um debate dos mais urgentes a ser levado a sério pelos nossos pesquisadores. Mas em verdade, não me é escuso também salientar que mais iniciativas como a deste livro devem ser estimula-

das, haja vista que os problemas decorrentes de nosso passado de absurdos gloriosos não são poucos e tampouco passíveis de solução fácil. No seio de uma comunidade científica engajada socialmente e dotada de forte sentimento de responsabilidade ética, não se pode abrir mão de um espaço para novas reflexões e formulações teóricas. No caso específico da Arqueologia, cacos cerâmicos, artefatos líticos e tantos outros materiais encerram a história de homens de um passado muitas vezes longínquo e que nos incita a uma curiosidade legítima, por que não? Mas não nos enganemos senhores, há muito de nós nesses vestígios quando pretendemos dar-lhes significados e as conseqüências podem não ser as mais nobres de que possamos nos orgulhar. Eis, para mim, a principal mensagem contida neste livro.